Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sondotécnica Engenharia de Solos S.A ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Rua Voluntários da Pátria nº 45, constituída em Assembleia Geral realizada em 05 de outubro de 1956. A Companhia possui capital aberto desde 1980 e tem seus títulos negociados na bolsa de valores de São Paulo - BM&F BOVESPA (SOND3).

A Companhia e suas controladas têm por objetivo social a prestação de serviços de consultoria técnica e econômica, a elaboração de projetos de engenharia em geral, assessoria, fiscalização e supervisão da execução de projetos, gerenciamento de obras e demais serviços relacionados a essas atividades.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão, e preparadas de acordo com os padrões internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), implementados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida pela norma.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ocorreu em 22 de março de 2018.

As políticas contábeis, as bases de consolidação e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras, bem como os principais julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3. Julgamentos e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras incluem a utilização de estimativas que levaram em consideração avaliações e julgamentos da Administração, experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

- análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas são revisadas periodicamente.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

Instrumentos financeiros ativos

3.1

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido de rendimentos e encargos incorridos, os quais se aproximam do seu valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados em:

a) Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

A Administração entende que ativos e passivos financeiros demonstrados estão com valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários

 CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros mantidos para negociação, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo.

Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia.

Caixa e equivalente de caixa

3.2

3.3

3.4

3.5

Inclui caixa e depósitos bancários à vista, realizáveis em até 90 (noventa) dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com sua finalidade em (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Serviços a faturar

Representam os direitos a receber de etapas de serviços concluídos e não faturados. Apresentados pelo valor de realização nas datas dos balanços, registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída, se necessária, com base em estimativas de Perda.

Ativo mantido para venda

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda se o seu valor contábil será recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeitas apenas a termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser colocado a venda por um preço que seja razoável em relação ao se valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação.

O grupo de ativos mantidos para venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

A depreciação dos ativos mantidos para negociação cessa quando um grupo de ativos é designado como mantido para venda. Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas de ativo e passivo.

Investimentos

3.6

Os investimentos relevantes em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme percentuais abaixo:

	Participação - %		
Empresas	31/12/2016	31/12/2015	
Sondotécnica Internacional Co.	100	100	
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99.31	99.31	

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado

3.7

3.8

3.9

3.11

Registra os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, ou exercidos com essa finalidade.

A depreciação é calculada pelo método linear e a Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, tendo como base a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica.

Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A administração efetuou análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

3.10 Fornecedores

Os fornecedores são reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente:

Impostos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base no lucro real nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Impostos diferidos

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

3.12 Provisões

3.13

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou construtivas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 16.

Reconhecimento de receita

A mensuração das receitas está registrada através do método da proporção do serviço.

As receitas de serviços são reconhecidas no resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.15 Dividendos propostos

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na Nota Explicativa nº 18.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa - DFC

3.16

3.17

3.18

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (IAS 07) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo CPC.

Demonstração do valor adicionado - DVA

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Mudanças em políticas contábeis

- a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1° de janeiro de 2017
- Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1° de janeiro de 2017 que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1° de janeiro de 2017 resultaram em impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
- b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017
 Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que noderão afetar diversos tipos de entidades

Existem três novas normas que serão efetivas em 2018 e 2019 que poderão afetar diversos tipos de entidades e devem resultar em alterações bastante significativas nas suas demonstrações financeiras. Estas normas são o IFRS 9 Financial instruments, o IFRS 15 Revenue from contracts with customers e o IFRS 16 Leases. Portanto, elas não foram adotadas de forma antecipada nestas demonstrações financeiras e, portanto, poderão impactar de maneira significativa as demonstrações financeiras da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments: estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) Custo Amortizado; (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual). Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de "Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes", sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes" são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro. A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de "perda esperada" deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de "Custo Amortizado" e "Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes".

IFRS 16 Leases: estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2019. Esta nova norma substitui IAS 17 Leases, IFRIC 4 Determining whether an Arrangement contains a Lease, SIC-15 Operating Leases – Incentives e SIC-27 Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. Os requerimentos de contabilização para os arrendadores permanecem substancialmente os mesmos em comparação às normas atualmente vigentes. Entretanto, há alterações significativas para os arrendatários na medida em que o IFRS 16 determina um modelo único apenas para

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

os arrendatários ao eliminar a distinção entre arrendamento financeiro e operacional de forma a resultar em um balanço patrimonial refletindo um "direito de uso" dos ativos e um correspondente passivo financeiro. Assim, para muitas entidades o efeito de registrar todas as operações de leasing no balanço patrimonial poderá ser muito significativo.

IFRS 15 Revenues from contracts with customers: estará vigente para exercícios findos a partir de 1° de janeiro de 2018. Esta nova norma contém significativamente mais orientações e requerimentos em comparação às normas e interpretações existentes. Na nova norma, a receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de "performance"; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de "performance"; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de "performance" for satisfeita. A adoção desta nova norma pode resultar no fato de que em muitas entidades o momento e a natureza do reconhecimento de receita deverão ser modificados.

Os efeitos do IFRS 15 Revenues from Contracts with Customers e IFRS 9 Financial Instruments ainda estão sob análise da administração da Companhia.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão complementadas abaixo.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Provisão para contingências

A administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhista e cíveis.

3.19

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações consolidadas

3.20

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

As demonstrações contábeis da controlada com operação no exterior são convertidas para Reais (R\$) de acordo com as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e resultado consolidado, constantes nas informações consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Deste modo, a Companhia optou por apresentar estas informações individuais e consolidadas em um único conjunto.

As informações das investidas estão relacionadas na tabela a seguir, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora:

	Participa	ação - %
	31/12/2017	31/12/2016
Empresa		
Sondotécnica Internacional Co.	100	100
Sondotécnica Tecnologia Ltda.	99,31	99,31

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Negócio em Conjunto	Percentual
Consórcio SGP	34%
Consórcio PSG	33%
Consórcio Sondotécnica-Quanta-Engevix	45%
Consórcio Sondotécnica-Cobrape-CH2M	42%
Consórcio BR 101	20%
Consórcio Grupo Consultor 5	25%
Consórcio Projectus-Sondotécnica	33%
Consórcio PCE – Sondotécnica (PCE)	50%
Consórcio PCESondotécnica (VLT)	50%
Consórcio TUV Rheinland-Sondotécnica-PRR (Conviver)	25%
Consórcio Integração MT-Planservi/Sondotécnica	50%
Consórcio GSPV LINHA 9	35%
Consórcio GSPV LINHA 13	35%

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de cifras comparativas

Correção de erros

4.1

4.2

Em 2017, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo dos tributos diferidos. A referida correção afetou o passivo não circulante de 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, nos valores, respectivamente, de R\$ 1.697 e R\$ 1.612. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1o de janeiro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Efeitos da reapresentação

			Controladora
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016			
Saldo originalmente apresentado	87.977	25.782	62.195
Reconhecimento de tributos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a ativos financeiros disponíveis para venda Outros		1.697	(1.697)
Ajustes em 1º de janeiro de 2016		1.697	(1.697)
Saldo em 1º de janeiro de 2016, ajustado	87.977	27.479	60.498
Em 31 de dezembro de 2016			
Saldo originalmente apresentado	79.129	22.725	56.404
Reconhecimento de tributos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a ativos financeiros disponíveis para venda Outros		1.612	(1.612)
Ajustes em 31 de dezembro de 2016		1.612	(1.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2016, ajustado	79.129	24.337	54.792

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			Consolidado
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2016			
Saldo originalmente apresentado	87.723	25.501	62.222
Reconhecimento de tributos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a ativos financeiros disponíveis para venda Outros		1.697	(1.697)
Ajustes em 1º de janeiro de 2016		1.697	(1.697)
Saldo em 1º de janeiro de 2016, ajustado	87.723	27.198	60.525
Em 31 de dezembro de 2016 Saldo originalmente apresentado	79.011	22.582	56.429
Reconhecimento de tributos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a ativos financeiros disponíveis para venda Outros		1.612	(1.612)
Ajustes em 31 de dezembro de 2016		1.612	(1.612)
Saldo em 31 de dezembro de 2016, ajustado	79.011	24.194	54.817

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2017
Ativos conforme o balanço patrimonial Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Ativos financeiros disponheis para venda 11.804 11.80
Outros passivos financeiro Controladora Consolidad Em 31 de dezembro de 2017
Em 31 de dezembro de 2017 Consolidados
Em 31 de dezembro de 2017
Passivos conforme o balanço patrimonial
Formecedores e outras brigações
Total do passivo
ControladoraConsolidad
Ativos ao valor justo por meio de Ativos ao valor justo por meio de Ao valor justo outros Ativos ao custo por meio do Presultado abrangentes Total amortizado resultado abrang
Em 31 de dezembro de 2016 Ativos conforme o balanço patrimonial Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Ativos financeiros disponíveis para venda Ativos financeiros disponíveis para venda 11.812 11.812 22.407 22.44 Contas a receber de clientes 14.471 14.471 14.471 14.471 24.471 3.114 25.114 26.114 26.1144 27.114 28.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 29.114 20.114 2
17.517 14.805 11.812 44.134 17.605 18.452 22.407 58.46
17.017 14.000 11.012 44.104 17.000 10.402 22.407 30.40
17.317 14.605 11.012 44.134 17.605 10.432 22.407 30.401 Outros passivos financeiro Controladora Consolidad
Outros passivos financeiro

6. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa e equivalentes de caixa Recursos em caixa e depósitos bancários				
No país	3.321	3.046	3.321	3.046
No exterior			25	88
Caixa e equivalentes de caixa	3.321	3.046	3.346	3.134

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Títulos mantidos para negociação Quotas em fundos de investimento				
No país Outras aplicações financeiras	11.842	14.805	11.842 4.260	14.805 3.647
, ,	11.842	14.805	16.102	18.452

8. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber de clientes No país Menos: provisão para impairment de contas	23.928	27.390	23.928	27.390
a receber de clientes	(12.041)	(12.919)	(12.041)	(12.919)
Contas a receber de clientes, líquidas	11.887	14.471	11.887	14.471

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes no total de R\$ 12.041 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 12.919) estavam *impaired* e provisionadas. As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a clientes em uma situação econômica difícil. Os valores em atraso estão sendo cobrados pela Administração da Companhia, segundo a qual uma parcela deve ser recuperada durante os próximos anos. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

		ontroladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
A vencer	2.081	6.285	2.081	6.285
Vencidos até 90 dias	1.410	1.501	1.410	1.501
Vencidos entre 91 e 180 dias	347	5.687	347	5.687
Vencidos acima de 180 dias	20.090	13.917	20.090	13.917
	23.928	27.390	23.928	27.390
Provisão para impairment de contas a receber	(12.041)	(12.919)	(12.041)	(12.919)
	11.887	14.471	11.887	14.471

Em 31 de dezembro de 2017, no consolidado, parte do contas a receber de clientes no valor de R\$ 7.966 (2016 - R\$ 998) encontram-se vencidas há mais de 180 dias, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

independentes para os quais a Administração considera que há perspectiva de recebimento, principalmente considerando que são entidades de natureza pública, integrantes da Administração Pública. Para estas entidades, o montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros.

9. Outras contas a receber

O quadro abaixo demonstra os valores que a Companhia tem a receber oriundos dos serviços a faturar:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Serviços a faturar				
No país	14.102	13.570	14.102	13.570
Menos: provisão para impairment de contas	(4.612)	(6.036)	(4.612)	(6.036)
Outras contas a receber, líquidas	9.490	7.534	9.490	7.534

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes por serviços já prestados, a faturar, no total de R\$ 4.612 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 6.036) estavam *impaired* e provisionadas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes para os quais a Administração considera que há perspectiva de recebimento, principalmente considerando que são entidades de natureza pública, integrantes da Administração Pública. Para estas entidades, o montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros.

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Serviço não faturado:				
Em até 90 dias após a medição	5.096	3.710		3.710
Entre 91 e 180 dias após a medição	189	825		825
Acima de 180 dias após a medição	8.817	9.035	14.102	9.035
	14.102	13.570	14.102	13.570
Provisão para impairment	(4.612)	(6.036)	(4.612)	(6.036)
	9.490	7.534	9.490	7.534

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recuperar

		Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
IRPJ e CSLL	1.083	959	1.083	959	
PIS e COFINS	660	526	660	526	
IRRF	1.544	2.208	1.544	2.208	
Outros	516	819	828	1.127	
	3.803	4.512	4.115	4.820	

11. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem:

		Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
Títulos negociados no mercado					
Ações - País			111	93	
Ações - Estados Unidos	16.954	11.812	28.195	22.314	
Total - Ativos financeiros disponíveis para venda	16.954	11.812	28.306	22.407	

12. Investimentos

12.1 Composição do saldo

		Controladora
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Investimento em controladas		
Sondotécnica Tecnologia S.A.	4.119	3.612
Sondotécnica International Co.	11.628_	10.935
	15.747	14.547

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Movimentação dos investimentos

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International	Total
Saldo em 1o de janeiro de 2016	3.857	13.198	17.055
Participação nos lucros de controladas e coligadas	318	(814)	(496)
Variações cambiais		(2.126)	(2.126)
Dividendos recebidos e/ou a receber	(562)		(562)
Outras movimentações		677	<u>677</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.612	10.935	14.547
Participação nos lucros de controladas e coligadas	507	(81)	426
Variações cambiais		191	191
Dividendos recebidos e/ou a receber			
Outras movimentações		583_	583_
Saldo em 30 de dezembro de 2017	4.119	11.628	15.747

Resumo das informações financeiras

12.3

	Sondotécnica Tecnologia	Sondotécnica International
Em 31 de dezembro de 2017		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,31%	100,00%
Total de ativos	4.266	11.683
Total de passivos	118	55
Patrimônio líquido	4.148	11.627
Lucro líquido (prejuízo)	511	(83)
Em 31 de dezembro de 2016		
Percentual de participação da Companhia na controlada	99,31%	100,00%
Total de ativos	3.648	10.990
Total de passivos	11	55
Patrimônio líquido	3.637	10.935
Lucro líquido (prejuízo)	320	(814)

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Impostos e contribuições a pagar

	C	ontroladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
ISS	1.231	1.310	1.231	1.310
PIS / COFINS	2.357	1.950	2.357	1.950
Outros	531	892	531	892
	4.119	4.152	4.119	4.152

14. Parcelamento do INSS

Em novembro de 2017 a Companhia efetuou a desistência do parcelamento PAEX- Excepcional cuja adesão correu em setembro de 2016, para adoção do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, sendo os principais termos os seguintes:

- Pagamento em 145 parcelas
- Vencimento em 2030
- Atualização pelo Selic

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolida	
	31 de dezembro de de 2017 2016		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
		Reapresentado (Nota 4)		Reapresentado (Nota 4)
Passivo diferido				
Parcelas não recebidas em contratos de	787	892	707	902
longo prazo (i) Ganhos de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	707	692	787	892
e variação cambial de investimento no exterior (ii)	2.075	1.612	2.075	1.612
	2.862	2.504	2.862	2.504

- (i) Os valores registrados no passivo foram calculados sobre exclusões temporárias relativas ao diferimento de resultados e parcelas não recebidas de contratos a longo prazo, conforme DL 1.598/77 e IN-SRF 21/79.
- (ii) Conforme Nota explicativa 4, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo dos tributos diferidos aplicáveis sobre os ganhos de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e a variação cambial de investimento no exterior. As demonstrações financeiras do exercício de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisões para contingências

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, entende que o saldo de R\$ 3.799, na controladora (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.776), e de R\$ 3.799, no consolidado (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.787) é suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações judiciais e administrativas em andamento.

Adicionalmente, a Companhia tem conhecimento de processos cíveis, trabalhista e tributário ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. O valor de perdas possíveis, na controladora e consolidado, é de R\$ 3.350.

17. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global mensal da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração.

		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Proventos	1.337	1.104
Contribuição ao INSS	267	221
TOTAL	1.604	1.325
 a) Benefícios pós-emprego b) Outros benefícios de longo prazo c) Benefícios de rescisão de contrato d) Remuneração baseada em ações 	Não possui Não possui Não possui Não possui	Não possui Não possui Não possui Não possui

18. Patrimônio líquido

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Capital social

18.1

18.2

18.3

O capital social subscrito e integralizado está representado por 856.000 ações ordinárias, 784.600 ações preferenciais classe "A" e 817.300 preferenciais classe "B", todas sem valor nominal. As ações do capital social foram convertidas em abril de 2007 pelo fator de conversão de 1/5.000. As ações preferenciais não asseguram direito de voto e são inconversíveis em ações ordinárias.

Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à variação cambial do investimento mantido na subsidiária no exterior, Sondotécnica International Co., assim como ao valor justo dos ativos disponíveis para venda mantidos pela Companhia, conforme Nota 11.

Conforme Nota 4, em 2017, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo dos tributos diferidos. A referida correção afetou a conta de ajuste de avaliação patrimonial de 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016, nos valores, respectivamente, de R\$ 1.697 e R\$ 1.612. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1o de janeiro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Reservas de lucros

a) Reserva legal:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, que totaliza, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 4.739, na forma da lei, poderá ser destinado para retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei 6.404/76.

b) Lucro a disposição da assembleia:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva para Investimentos

Por decisão da AGO de 28 de abril de 2017, foi efetuada a reversão da reserva de investimento no montante de R\$ 1.000 constituída na AGO de 2016, e não realizadas, sendo os saldos apresentados como Reserva de lucros a realizar.

18.4 Ações em tesouraria:

Não houve movimentação de ações em tesouraria, no período. A Companhia mantém em tesouraria 26.700 ações ao custo médio de R\$ 39,24 por ação no montante total de R\$ 1.047.794,00 (R\$ 1.047.794,00 em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita líquida de serviços

A reconciliação da receita bruta está assim demonstrada:

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Vendas brutas de produtos e serviços				
Prestação de serviços	56.742	97.316	56.742	97.316
	56.742	97.316	56.742	97.316
Impostos sobre vendas	(7.258)	(10.846)	(7.258)	(10.846)
Outras deduções da receita	(98)	(222)	(98)	(222)
Receita líquida	49.386	86.248	49.386	86.248

20. Custos e despesas por natureza

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Despesa de benefícios a empregados	28.900	43.814	28.900	43.814
Serviços de terceiros	14.590	26.771	14.590	26.771
Depreciação e amortização	498	914	498	914
Outras despesas	5.354	16.906	5.481	17.632
	49.343	88.405	49.469	89.131
Custo das vendas	34.309	61.517	34.309	61.517
Despesas administrativas	17.001	20.727	17.127	21.455
Outras despesas/receitas	(1.967)	6.161	(1.967)	6.159
	49.343	88.405	49.468	89.131

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

		Controladora				
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016		
Receita financeira						
Rendimentos de aplicações financeiras	947	2.259	1.311	2.728		
Rendimento de juros	2.151	1.068	2.598	1.068		
Variações monetárias e cambiais ativas	2.319	3.326	2.319	3.326		
Total da receita financeira	5.417	6.653	6.227	7.122		
Despesa financeira						
Variações monetárias e cambiais passivas	(2.148)	(5.751)	(2.148)	(5.751)		
Despesas com juros	(562)	(2.115)	(562)	(2.115)		
Despesas bancárias	(134)	(167)	(137)	(269)		
Total da despesa financeira	(2.844)	(8.033)	(2.847)	(8.135)		
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.573	(1.380)	3.380	(1.013)		

22. Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro da Companhia e do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora			Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	3.042	(4.033)	3.297	(3.896)	
Imposto calculado com base em alíquota legal Resultados de controladas por equivalência patrimonial	1.034 (145)	(1.371) 169	1.121	(1.325)	
Despesas não dedutíveis para fins de impostos Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais nenhum	203	1.365	203	1.365	
imposto diferido foi reconhecido	(1.255)	1.345	(1.236)	1.603	
Encargo fiscal	(163)	1.508	88	1.643	
Despesa com IR e CS corrente			(251)	(135)	
Despesa (receita) com IR e CS diferido	163	(1.508)	163	(1.508)	
	163	(1.508)	(88)	(1.643)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

23. Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação (básico e diluído) foram calculados com base nos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, conforme detalhado abaixo.

		Controladora	Consolidado			
	31 de dezembro de 2017	dezembro de 2016	dezembro de 2017	dezembro de 2016		
Resultado Líquido Quantidade média ponderada de ações	3.205	(5.541)	3.205	(5.541)		
Líquida de ações em tesouraria	2.431	2.431	2.431	2.431		
Lucro/Prejuízo por ações	1,31839	(2,27931)	1,31839	(2,27931)		

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados, que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Adicionalmente, a Administração procede a uma avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e o monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- · Risco de mercado;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxa de juros

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

24.1

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fatores de risco

Risco de mercado

(a)

(b)

(c)

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

Risco de exposição às variações cambiais

A Companhia mantém operações com moeda estrangeiras referentes a aplicações financeiras, conforme divulgado em notas explicativas, que estão sujeitas a exposição de riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações das respectivas moedas estrangeiras. Qualquer flutuação da taxa de câmbio (dólar) pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A Companhia não realizou contratos derivativos para proteger a exposição cambial.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente, ou contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa 8. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras, conforme apresentado em notas explicativas.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista, ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento rigoroso, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o tempestivo cumprimento de suas obrigações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

24.3

24.4

A seguir apresentamos quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros com riscos de moeda estrangeira e variação do preço de ações nos instrumentos de renda variável mantidos pela Companhia.

-		Controladora Variações no saldo			Consolidado Variações no saldo		
	Fator de risco	Valores expostos em 30 de dezembro de 2017	50%	25%	Valores expostos em 30 de dezembro de 2017	50%	25%
Fator de risco câmbio		_			_		
Caixa e equivalentes de caixa	US dollar				18	9	5
Ativos disponíveis para venda	US dollar	16.954	8.477	4.239	28.306	14.153	7.077
Investimentos	US dollar	11.628	5.814	2.907			
		28.582	14.291	7.146	28.323	14.162	7.081
Fator de risco variação do preço de ações							
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Variação do preço de ações	11.842	5.921	2.961			
Ativos disponíveis para venda	Variação do preço de ações	16.954	8.477	4.239	28.306	14.153	7.077
Impacto total		28.796	14.398	7.199	28.306	14.153	7.077

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os demais instrumentos financeiros, sendo os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, representado por títulos para negociação (Nota 7) e os ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 11) são categorizados no Nível 1, em que os preços são cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

25. Seguros

A política adotada pela Companhia é a de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado em montante que considera satisfatório face aos riscos envolvidos. Montantes contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Ativo Segurado	Modalidades ———	Moeda	Valor Segurado		
Imobilizado	Incêndio	R\$	5.908		
Imobilizado	Veículos	R\$	670		
Imobilizado	Equipamentos	R\$	110		

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

* * *

Conselho de administração

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Jaime Rotstein Daniel Bergman Carolina Rotstein Schor Accioly Presidente Conselheira Conselheiro CPF 087.091.507-06 CPF 003.520.127-49 CPF 055.268.477-56 Diretoria Jaime Rotstein Homero Valle de Menezes Cortes Luiz Antonio M. Santanna Presidente Diretor Diretor CPF 003.520.127-49 CPF 241.098.357-04 CPF 335.452.437-53 Fábio Bergman José Antonio Mazzoco Diretor Diretor CPF 082.820.237-01 CPF 694.078.608-25 Telma Regina Matias da Silva

Contadora CRC-SP 208096/O-7 T-RJ